

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO
DO IPREVI – 30/11/2020.

Na data de trinta de novembro de dois mil e vinte, às dez horas, deu-se início a 5ª (quinta) Reunião Extraordinária deste Conselho Deliberativo, realizada via aplicativo de chamada de vídeo, convocados através da Carta/CD/013/2020 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Cíntia Quartin Figueiredo, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Lafayette Bezerra dos Santos, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Mário Célio Maia Gouvêa e Juliana de Melo Rosa, responsável pela edição das atas dos órgãos colegiados; bem como o Sr. Thiago Norte Natario, Sra. Samantha Zanquelli e Sr. Luis Arnaud, consultores da empresa Crédito & Mercado. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Outubro/2020; b) Apresentação do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Outubro/2020; c) Relatório Simplificado de Gestão Outubro/2020; d) Balancete do mês de Outubro/2020; e) Relatórios do Setor de Benefícios: Benefícios Concedidos, Quantitativos FOPAG, Processos Abertos, Recadastramentos e Compensação Previdenciária; f) Relatórios de Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial; g) Relatório de Contribuições Previdenciárias; h) Aprovação do Relatório de Gestão Atuarial; i) Alterações no Manual de Credenciamento de Instituições Financeiras; j) Apresentação do Relatório de Diligência e Acompanhamento Sistemático; k) Apresentação do Estudo de Solvência e de Gestão de Ativos e Passivos (ALM); l) Aprovação do Plano de Ação Anual; m) Apresentação do Relatório de Ouvidoria. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, especialmente dos consultores da Crédito & Mercado, Sr. Thiago Norte Natario e Sra. Samanta Zanquelli, que procederiam a apresentação do Estudo ALM, bem como do Relatório de Diligência do mês de outubro de 2020 encaminhados pelo Comitê de Investimentos. Dessa maneira, passou a palavra aos consultores para que procedessem com a apresentação dos temas que foram aprovados aos presentes. Após a apresentação dos relatórios e

12

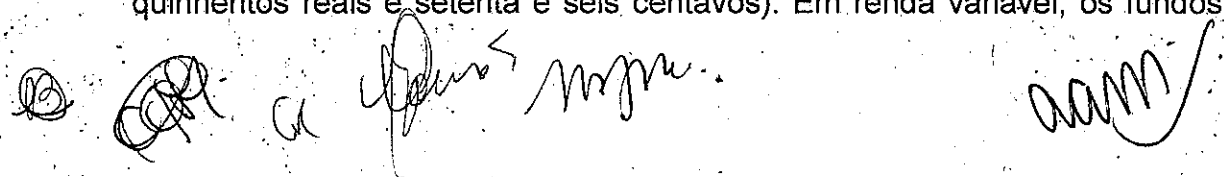
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

IPREVI
PROVA
183

aprovação pelos membros, a Diretora Presidente se despediu dos consultores, que deixaram a chamada e prosseguiu para as pautas seguintes. Dessa maneira, fez a ilustração do relatório "Nossa Visão", abordando uma breve contextualização do cenário econômico atual a partir da perspectiva nacional e internacional. Em seguida, foi entregue a todos o Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência – Outubro/2020, apresentando um valor global de R\$ 139.845.805,15 (cento e trinta e nove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e quinze centavos), evidenciando rentabilidade negativa de R\$ 960.438,40 (novecentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) no mês e um retorno acumulado de rentabilidade negativa de R\$ 2.635.591,87 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos) desde mês de janeiro. Foi apresentado o Relatório Mensal da Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos, mês de Outubro, demonstrando que no fechamento de Outubro a rentabilidade da carteira do Instituto foi de -0,68% (menos zero vírgula sessenta e oito por cento) frente uma Meta Atuarial para o mesmo período de 1,34% (um vírgula trinta e quatro por cento), representando assim um atingimento acumulado de 7,18% (sete vírgula dezoito por cento) da Meta Atuarial. Ao expor as movimentações financeiras, foi demonstrado que na categoria de renda fixa, quanto aos fundos de curto prazo, a recomendação da consultoria foi de 5% (cinco por cento) e foram alocados 4,91% (quatro vírgula noventa e um por cento). Em relação aos fundos de médio prazo, a recomendação era de 20% (vinte por cento) e foram alocados 25,75% (vinte e cinco vírgula setenta e cinco por cento). Já nos fundos de longo prazo, o montante alocado representou 14,02% (quatorze vírgula zero dois por cento) face uma recomendação de 15% (quinze por cento). Já quanto à gestão duration, a recomendação era de 25% (vinte e cinco por cento) e foram alocados 26,20% (vinte e seis vírgula vinte por cento). Dos vinte e dois fundos que compõem a carteira de renda fixa, todos os de curto prazo apresentaram rentabilidade positiva, enquanto que os fundos com rentabilidade negativa ficaram distribuídos da seguinte maneira: dois em médio prazo, três em longo prazo e dois em gestão duration. Assim, no tocante à renda fixa, no geral, a rentabilidade foi de R\$ 56.500,76 (cinquenta e seis mil, quinhentos reais e setenta e seis centavos). Em renda variável, os fundos de

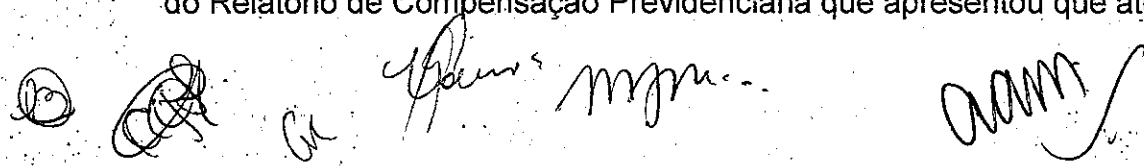


ação livres tinham a recomendação de 15% (quinze por cento) e foram alocados 19,47% (dezenove vírgula quarenta e sete por cento) da carteira. Nos fundos de multimercado, a recomendação era de 10% (dez por cento) e foram consolidados 7,56% (sete vírgula cinquenta e seis por cento). No tocante ao fundo imobiliário, o índice proposto era de 5% (cinco por cento) e o consolidado foi de 2,08% (dois vírgula zero oito por cento), dentre os dezessete fundos de renda variável, apenas seis apresentaram rentabilidade positiva, totalizando uma rentabilidade negativa de R\$ 1.018.506,10 (um milhão, cento e dezoito mil, quinhentos e seis reais e dez centavos). No tocante aos fundos de curto prazo da Taxa de Administração, todos apresentaram rentabilidade positiva menor de um por cento, totalizando R\$ 5.118,24 (cinco mil, cento e dezoito reais e vinte e quatro centavos). Quanto aos recursos financeiros, 70,52% (setenta vírgula cinquenta e dois por cento) se encontram alocados em fundos de renda fixa, 28,97% (vinte e oito vírgula noventa e sete por cento) em fundos de renda variável e 0,51% (zero vírgula cinquenta e sete por cento) em DAV, totalizando R\$ 143.772.969,38 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos). Dentre as instituições financeiras, os recursos se encontram principalmente na Caixa Econômica Federal, 41,44% (quarenta e um vírgula quarenta e quatro por cento), Banco do Brasil, 18,09% (dezoito vírgula zero nove por cento), e Banco Itaú, 13,50% (treze vírgula cinquenta por cento). Após, por meio do Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal, pôde ser visualizado o acumulado do quantitativo de benefícios de 2020, tendo fechado em Outubro de 2020, 255 aposentadorias, 107 pensões por morte, 11 servidores concursados e 3 servidoras designadas para Diretoria. Em seguida, foi apresentado o Relatório de Quantitativos da Folha de Pagamento, Processos Abertos, Recadastramento e Pensão por Morte e Aposentadoria referentes ao exercício de 2020 até o mês de outubro. Deste, constatou-se a continuidade da preponderância dos aposentados por idade dentre os beneficiários de aposentadoria da Autarquia, que totalizam 158 beneficiários. Quanto aos processos abertos durante a competência, foram abertos: dois de aposentadoria, um de certidão de tempo de contribuição e dezessete administrativos, totalizando a abertura de vinte processos durante o mês. No tocante aos recadastramentos, foram recadastrados trinta e nove servidores,

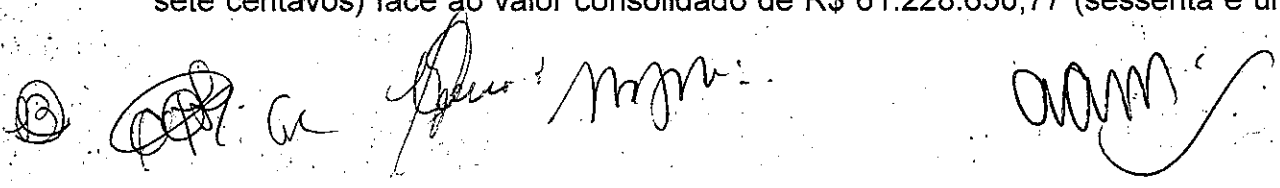
13

ac

ficando pendente um recadastramento, nesse sentido, a Diretora Presidente informou que a servidora já foi notificada mediante distintos meios de convocação e teve seu benefício suspenso. Prosseguiu-se então para o Relatório Simplificado de Gestão Outubro/2020, com as seguintes informações: Aposentadoria: 255; Pensão por Morte: 107. Benefícios custeados pelo IPREVI: Aposentadoria – Valor: R\$ 339.480,71 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e um centavos); Pensão por Morte – Valor: R\$ 106.233,07 (cento e seis mil, duzentos e trinta e três reais e sete centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI: R\$ 445.713,78 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e treze reais e setenta e oito centavos). Por parte da PMI foi pago: Aposentadoria – Valor: R\$ 48.241,90 (quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 32.179,42 (trinta e dois mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI: R\$ 80.421,32 (oitenta mil, quatrocentos e vinte um reais e trinta e dois centavos). Total Geral: R\$ 526.135,10 (quinhentos e vinte e seis mil, cento e trinta e cinco reais e dez centavos) e 362 beneficiários. A pauta posterior foi a apresentação do relatório de contribuições previdenciárias relativas à competência de setembro, foi informado aos conselheiros que o valor devido de R\$ 573.315,16 (quinhentos e setenta e três mil, trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) apresentado na 8ª Reunião foi diminuído, com repasses posteriores a data da reunião, ficando apurado um valor devido de R\$ 35.456,68 (trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos). No tocante às contribuições previdenciárias da competência de outubro, foi apurado um valor devido aos cofres da instituição pelas entidades patrocinadoras do RPPS – Prefeitura Municipal de Itatiaia, Câmara Municipal de Itatiaia, FUNDEB, Fundo Municipal de Saúde e IPREVI – de R\$ 1.095.295,19 (um milhão, noventa e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos) do qual foi repassado um total de R\$ 543.788,41 (quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos), havendo, portanto, uma diferença de R\$ 551.506,78 (quinhentos e cinquenta e um mil, quinhentos e seis reais e setenta e oito centavos) que ainda não foram remetidos à Instituição. Logo em seguida, fez a demonstração do Relatório de Compensação Previdenciária que apresentou que até setembro



foram pagos ao Regime de Origem, o valor de R\$ 6.029,45 (seis mil, vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos). No tocante ao Regime Instituidor foi arrecadado pelo Instituto o valor de R\$ 403.449,51 (quatrocentos e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e um centavos). Quanto ao fluxo bloqueado no exercício de 2020 houve um bloqueio de R\$ 4.634,30 (quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta centavos) até o mês de março, sendo que desde então não houve mais fluxo bloqueado, situação similar aos valores em atraso que totalizaram R\$ 2.220,87 (dois mil, duzentos e vinte reais e oitenta centavos) no mês de abril, não ocorrendo atrasos desde a referida competência. Especificamente ao mês de outubro, o valor do regime de origem foi fechado em R\$ 1.977,60 (um mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), no entanto, recebemos pelo Regime de Origem, uma restituição de R\$ 199,90 (cento e noventa e nove reais e noventa centavos) devido a valores que vinham sendo cobrados indevidamente relativos à compensação de aposentadoria de um servidor já falecido. Quanto ao regime instituidor recebemos R\$ 71.224,59 (setenta e um mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Até o momento, a Autarquia paga ao Regime de Origem o valor referente a cinco compensações, recebe como regime instituidor o valor de quinze compensações, tendo sido aprovados durante o exercício quinze requerimentos, enquanto cinco foram indeferidos, nesse sentido, oito requerimentos ainda aguardam análise. Em seguida, foi abordado o andamento dos pagamentos por parte do ente federativo relativos aos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial firmados, existindo ainda um saldo a pagar de R\$ 22.062.664,93 (vinte e dois milhões, sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos) face ao valor consolidado total de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dos acordos 1961/2017, 1962/2017, 1963/2017, 1964/2017 e 080/2018, tendo sido adimplido, portanto, R\$ 6.811.577,02 (seis milhões, oitocentos e onze mil, quinhentos e setenta e sete reais e dois centavos) dos acordos firmados. Quanto ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, há o valor a pagar de R\$ 52.364.539,87 (cinquenta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e sete centavos) face ao valor consolidado de R\$ 61.228.650,77 (sessenta e um



milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), tendo sido adimplido, portanto, o montante de R\$ 8.864.110,90 (oito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e dez reais e noventa centavos). Quanto às parcelas em atraso e atualização de valores conformes índices estabelecidos dos Acordos de Parcelamentos e Plano de Amortização, há um valor pendente de pagamento de R\$ 7.612,95 (sete mil, seiscentos e doze reais e noventa e cinco centavos) dos primeiros e R\$ 254.538,32 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos) do segundo. Prosseguindo com a reunião, a Diretora Presidente exibiu o Balancete do mês de Outubro/2020 que foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.1, II, b) da Lei nº 863/2017. A Diretora Presidente apresentou ainda o novo relatório de Gestão Atuarial com os dados da Avaliação Atuarial de 2020 – data base 2019 –, o relatório, exigido pelo Pró-Gestão, ganhou uma nova versão devido ao fato dos trâmites do DRAA referente à Avaliação Atuarial começaram a ser formalizados pelo atuário da Instituição. Em seguida, a Diretora Presidente apresentou o Plano de Ação Anual de 2020, momento em que sumarizou o andamento das ações que foram planejadas e o que de fato já vinha sido alcançado pela Instituição, tendo sido integralmente aprovado pelos presentes. A pauta posterior foi a do relatório de ouvidoria, no qual a Diretora fez a explanação dos três meios de contato externo para recebimento de indagações e sugestões a Autarquia, bem como da existência de chamados. Logo após, foram discutidas as alterações propostas ao Manual de Credenciamento e ao Manual de Concessão de Benefícios Previdenciários, a Diretora Presidente explicou que as mesmas foram sugeridas pelos executores do processo, em vista da percepção dos mesmos ao aplicar o conteúdo à prática, que existiam procedimentos que poderiam ser otimizados. Após sua fala e exposição, as mudanças foram aceitas e a edição número dois e três dos Manuais de Credenciamento e Concessão de Benefícios Previdenciários, respectivamente, foram aprovadas. Ocorrendo a aprovação desses últimos, todos os conselheiros titulares deste Conselho Deliberativo manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 5ª Reunião Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião.

Gilda de Fátima de Azevedo

José Roberto Mendes de Oliveira

Cintia Quartin Figueiredo

Fábio Celso Maciel

Márcia

Alessandra Arantes Marques

Alessandra Arantes Marques